

Brasília, 01 de agosto de 2019.

Exmo. Sr.

KIM PATROCA KATAGUIRI

Deputado Federal – DEM/SP

Câmara dos Deputados

Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes

CEP 70160-900

Brasília – DF

Assunto: Contribuições ao Projeto de Lei nº 3729/2004

Referência: Lei Geral do Licenciamento Ambiental

Exmo. Deputado,

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GERAÇÃO DE ENERGIA LIMPA – ABRAGEL, na qualidade de representante de 286 (duzentos e oitenta e seis) associados atuantes como agentes de geração de energia elétrica, titulares de CGHs, PCHs e UHEs até 50 MW, vem, respeitosamente, apresentar suas contribuições ao Projeto de Lei nº 3729/2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências, de autoria dos Deputados Luciano Zica - PT/SP , Walter Pinheiro - PT/BA , Zezéu Ribeiro - PT/BA e outros.

Inicialmente, gostaríamos de parabenizar pela sua excelente condução deste projeto de lei no Plenário da Câmara dos Deputados, bem como do Grupo de Trabalho no qual ocorreram diversas audiências públicas sobre o tema com os principais atores envolvidos no processo de licenciamento ambiental, possibilitando uma discussão rica e diversificada nas opiniões. A ABRAGEL considera a abertura da discussão com a sociedade uma ferramenta extremamente importante, essencialmente quando se trata de um assunto tão relevante para o país.

Apresentamos, no documento anexo, Parecer contratado pela ABRAGEL com algumas considerações e contribuições ao Projeto de Lei nº 3729/2004.

Desde já agradecemos a atenção dispensada por V.Exa. ao tempo em que nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



Charles Lenzi

Presidente Executivo

Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – ABRAGEL

ANEXO

CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO DE LEI Nº 3.729/2004

JULHO/2019

ABRAGEL

PL nº 3.729/2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.

1	APRESENTAÇÃO	1
2	SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL DE PLENÁRIO	2
2.1	JUSTIFICATIVA.....	2
2.2	ANÁLISE E COMENTÁRIOS	3
3	PROJETO DE LEI Nº 3.729/2004.....	1
3.1	SÍNTESE.....	1
3.2	PROPOSIÇÕES APENSADAS À PRINCIPAL	1
3.3	DISTRIBUIÇÃO ÀS COMISSÕES	3
3.4	DESPACHO ATUAL E ÚLTIMA AÇÃO LEGISLATIVA.....	4

1 APRESENTAÇÃO

Segundo a lei brasileira, o meio ambiente é qualificado como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido para uso da coletividade¹, ou na linguagem do constituinte, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida². Em sendo de todos em geral e de ninguém em particular, inexistente direito subjetivo à sua utilização, que, à evidência, só pode legitimar-se mediante ato próprio de seu direito guardião – o Poder Público.

Nesse sentido, a lei estabelece uma série de instrumentos de controle – prévios, concomitantes e sucessivos, através dos quais possa ser verificada a possibilidade e regularidade de toda e qualquer intervenção projetada sobre o meio ambiente considerado. Dentre esses se destaca a licença ambiental, que pertence à família dos atos administrativos de controle prévio. O licenciamento ambiental deve obedecer a preceitos legais, normas administrativas e rituais claramente estabelecidos.

O presente Parecer apresenta análise quanto à Subemenda Substitutiva Global de Plenário³, bem como a tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 3729/2004, que *“dispõe sobre o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e institui a avaliação ambiental estratégica”*.

Referida subemenda, apresentada pelo Deputado Kim Kataguiri, é o texto-base do Grupo de Trabalho – Licenciamento Ambiental, sob sua coordenação, instituído com o objetivo de *“analisar o marco legal concernente ao licenciamento ambiental brasileiro e apresentar propostas ao seu aperfeiçoamento.”*

Esclarece-se que as discussões de referido Grupo de Trabalho ocorrem paralelamente ao andamento do Projeto de Lei nº 3.729/2004, que está tramitando em regime de urgência, cuja situação atual é *“Pronta para Pauta no Plenário”*.

Este Parecer tem como objetivo auxiliar a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) na discussão do tema, sob a ótica do licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

¹ Lei nº 6.938/81, art. 2º, I.

² CF, art. 225, *caput*.

³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/56aleislatura/licenciamento-ambiental/documentos/outras-documentos/texto-base-licenciamento-ambiental>. Acesso em julho/2019.

2 SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL DE PLENÁRIO

2.1 JUSTIFICATIVA

Segundo o Relator da proposta:

“É importante reconhecer a relevância das resoluções sobre o tema que vêm sendo editadas nas últimas mais de três décadas pelo Conama. Entre muitas outras, destacam-se a Resolução nº 001/1986, que define os casos de estudo prévio de impacto ambiental – EIA, e a Resolução nº 237/1997, que apresenta regras gerais sobre as licenças. Mas também é preciso compreender que o licenciamento ambiental necessita de uma base jurídica nacional mais sólida, que assegure um mínimo de padronização nos processos a cargo dos entes federativos, sem prejuízo da complementação mediante legislação estadual, do Distrito Federal e municipal.

São notórios os problemas de conflitos entre as regras estabelecidas pelo Conama e a legislação dos entes federativos, e isso somente pode ser solucionado com normas nacionais técnica e juridicamente robustas. Com a edição da Lei Complementar nº 140/2011, os conflitos federativos sobre o licenciamento reduziram-se, mas estão longe de ser eliminados, pois não estão em pauta apenas indefinições sobre qual é a esfera de governo competente para a emissão da licença. Uma rápida busca nos sítios eletrônicos de nossos tribunais é suficiente para comprovar essa afirmação.

Também são frequentes os conflitos entre autoridades licenciadoras e empreendedores na aplicação da legislação atualmente em vigor, em quadro que mistura, de um lado, lacunas legais e, de outro, detalhamento normativo excessivo de alguns aspectos do licenciamento. As regras nacionais não são encontradas apenas em resoluções do Conama, agregam um conjunto de instruções normativas e portarias que apenas são compreendidas por especialistas, o que está longe de ser correto.

A Lei Geral do Licenciamento Ambiental não necessita ser longa e detalhada, pelo contrário. Mas é preciso que ela contemple os aspectos que são a essência do licenciamento ambiental: os tipos de rito (trifásico, com Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e Licença de Operação – LO, ou simplificado, em suas diferentes categorias); o conteúdo básico do EIA e outros estudos, ou diretrizes nesse sentido para as autoridades licenciadoras; regras claras quanto às condicionantes ambientais e outras medidas exigidas dos empreendedores; prazos máximos para a decisão das autoridades licenciadoras e, também, para os entes públicos que participam na condição de intervenientes (autoridades envolvidas) quando a atividade ou empreendimento afeta terras indígenas ou quilombolas, bens do patrimônio cultural ou unidades de conservação abrangidas pela Lei nº 9.985/2000.

Também é importante avançar em direção a inovações, como a avaliação ambiental estratégica (AAE) e a realização da análise de risco ambiental nas atividades e empreendimentos em que esse elemento for componente necessário. A Resolução nº 237/1997 do Conama menciona o risco ambiental, mas ele tem sido praticamente desconsiderado pelas autoridades licenciadoras, deficiência que precisa ser sanada, como dolorosamente nos ensinaram as tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais.”

2.2 ANÁLISE E COMENTÁRIOS

Apresenta-se na Tabela 2.1 a análise e comentários da Subemenda, sob a ótica de empreendimentos de geração de energia hidráulica, sobretudo o reflexo na regularização ambiental das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

Os destaques em negrito foram acrescentados com fins de ressaltar os pontos de atenção, seja no texto original (primeira coluna), nos comentários (segunda coluna) ou nas sugestões de alteração de texto (terceira coluna).

Destaca-se que de forma geral, no nosso entendimento, o texto da Subemenda vai além do que seria considerado “norma geral”, uma vez que na ânsia de criar segurança jurídica, aproxima-se da figura de um decreto regulamentador. Por outro lado, limita a autonomia dos Estados, no âmbito do seu licenciamento, onde ocorre a grande maioria dos processos de regularização ambiental das PCHs.

TABELA 2.1
ANÁLISE DO INTEIRO TEOR DA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL DE PLENÁRIO – 02.07.2019

Projeto de Lei	Comentários	Sugestões de texto
Capítulo I – Disposições Preliminares		
<p>Art. 1º Esta Lei, denominada Lei Geral do Licenciamento Ambiental, estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente, previsto no art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e institui a avaliação ambiental estratégica (AAE) de políticas, planos ou programas governamentais.</p> <p>§ 1º As disposições desta Lei aplicam-se:</p> <p>I – ao licenciamento ambiental realizado perante os órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), observadas as atribuições estabelecidas na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011; e</p> <p>II – à AAE realizada pelos órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios responsáveis pelo planejamento e formulação de políticas, planos ou programas governamentais.</p>	<p>A lei trata do licenciamento ambiental e também da AAE. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente⁴ a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento de política ambiental que tem por objetivo auxiliar, antecipadamente, os tomadores de decisões no processo de identificação e avaliação dos impactos e efeitos, maximizando os positivos e minimizando os negativos, que uma dada decisão estratégica – a respeito da implementação de uma política, um plano ou um programa – poderia desencadear no meio ambiente e na sustentabilidade do uso dos recursos naturais, qualquer que seja a instância de planejamento.</p> <p>Dispõe que o licenciamento ambiental deve prezar por, dentre outros, controle social. Porém, a participação do cidadão na gestão pública deve ser transparente, com regras claras (podendo inclusive ocorrer através de decreto).</p> <p>Por outro lado, no âmbito do licenciamento, também é preciso prever e estimular a automatização de processos a partir dos avanços da informática, meio mais</p>	<p>§ 2º O licenciamento ambiental deve prezar pela participação pública, transparência e controle social, pela preponderância do interesse público, pela celeridade e economia processual, pela prevenção do dano ambiental, pela análise integrada dos impactos ambientais e pela utilização das melhores práticas e recursos tecnológicos.</p>

⁴ BRASIL. Avaliação ambiental estratégica --- Brasília; MMA/SQA, 2002, 92p. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/aae.pdf>

§ 2º O licenciamento ambiental deve prezar pela participação pública, transparência e **controle social**, pela preponderância do interesse público, pela celeridade e economia processual, pela prevenção do dano ambiental e pela análise integrada dos impactos e riscos ambientais.

democrático para o acesso de todos a todas as informações, além de dar celeridade aos processos.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – área diretamente afetada (ADA): área de intervenção direta da atividade ou empreendimento, necessária para a sua construção, instalação, ampliação e operação;

II – área de influência: área que sofre os impactos ambientais da construção, instalação, ampliação e operação de atividade ou empreendimento, conforme delimitação apontada no estudo ambiental;

III – autoridade envolvida: órgão ou entidade que, nos casos previstos na legislação, pode se manifestar no licenciamento ambiental acerca dos impactos da atividade ou empreendimento sobre as populações indígenas, quilombolas ou outras comunidades tradicionais, o patrimônio cultural ou as Unidades de Conservação da natureza;

IV – autoridade licenciadora: órgão ou entidade da administração pública, integrante do Sisnama, competente pelo licenciamento ambiental na forma da Lei Complementar nº 140, de 2011, que detém o poder decisório e responde pela emissão e renovação das licenças ambientais;

Justificativas:

(II): a área de influência abrange os impactos diretos e indiretos das diversas etapas (planejamento, implantação, operação e desativação), sendo que deve ser melhor explicada essa diferenciação;

(XVIII): destacar que o licenciamento ambiental se trata também de um procedimento de análise técnica e não apenas administrativo.

(XII) e (XIII) - quanto aos itens que tratam da LAU e LAC, dificilmente se aplicam à empreendimentos hidrelétricos-exceção, talvez, de CGHs – seja pelos impactos de referida atividade, seja pelas etapas a serem cumpridas perante o órgão regulamentador antes de prosseguir para a etapa subsequente do licenciamento (aceite / concessão ANEEL), bem como diante da necessidade de comprovação de aquisição de terras, dentre outros necessários aos objetivos da obra..

Em Minas Gerais a DN 217/2017 contemplou instrumentos similares, tais como licenças concomitantes e licença cadastro, mas que apenas em poucas situações aplicam-

II – área de influência: área geográfica a ser afetada, direta ou indiretamente, pelos impactos de um projeto nas fases de planejamento, implantação, operação e desativação de suas atividades.

II.a: área de influência direta (AID): área de entorno imediato da atividade ou empreendimento, onde poderão incidir os impactos diretos, em função do planejamento, implantação, operação e desativação de suas atividades.

II.b. área de influência indireta (AI): área onde incidirão os impactos indiretos, menos significativos, em função do planejamento, implantação, operação e desativação de suas atividades.

XVIII – licenciamento ambiental: processo administrativo destinado a licenciar atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente, **com base em fundamentos técnico e jurídico;**

V – avaliação ambiental estratégica (AAE): instrumento de apoio à tomada de decisão, de elaboração facultativa, que subsidia opções estratégicas de longo prazo, promove e facilita a integração dos aspectos ambientais com os socioeconômicos, territoriais e políticos nos processos de planejamento e formulação de políticas, planos e programas governamentais;

VI – condicionantes ambientais: medidas, condições ou restrições sob responsabilidade do empreendedor, estabelecidas no âmbito das licenças ambientais pela autoridade licenciadora, de modo a evitar, mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos identificados nos estudos ambientais, bem como maximizar os impactos positivos;

VII – empreendedor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável por atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente;

VIII – estudo ambiental: estudo relativo aos aspectos, impactos ou riscos ambientais de atividade ou empreendimento, apresentado pelo empreendedor como requisito do licenciamento ambiental;

IX – estudo prévio de impacto ambiental (EIA): estudo ambiental de atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de significativa poluição ou outra forma de degradação do meio

se a projetos hidrelétricos (apenas CGH porte pequeno). Sem sugestões de alteração de redação para tais dispositivos.

ambiente, realizado previamente à análise de sua viabilidade ambiental;

X – impacto ambiental: alterações adversas ou benéficas no meio ambiente causadas por empreendimento ou atividade em sua área de influência, considerados os meios físico, biótico e socioeconômico;

XI – licença ambiental: ato administrativo por meio do qual a autoridade licenciadora licencia a instalação, a ampliação, a modificação ou a operação de atividade ou empreendimento sujeito a licenciamento ambiental, estabelecendo as condicionantes ambientais cabíveis;

XII – licença ambiental por adesão e compromisso (LAC): licença que atesta a viabilidade e autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento, mediante declaração de adesão e compromisso do empreendedor aos critérios, pré-condições, requisitos e condicionantes ambientais estabelecidos pela autoridade licenciadora;

XIII – licença ambiental única (LAU): licença que atesta a viabilidade e autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento, aprova as ações de controle e monitoramento ambiental e estabelece condicionantes ambientais para a sua instalação e operação e, quando necessário, para a sua desativação, em uma única etapa;

XIV – licença de instalação (LI): licença que autoriza a instalação de atividade ou empreendimento, aprova os planos, programas e projetos de prevenção, mitigação ou compensação dos impactos ambientais negativos e de

maximização dos impactos positivos e estabelece condicionantes ambientais;

XV – licença de operação (LO): licença que autoriza a operação de atividade ou empreendimento, aprova as ações de controle e monitoramento ambiental e estabelece condicionantes ambientais para operação e, quando necessário, para a sua desativação;

XVI – licença de operação corretiva (LOC): ato administrativo que atesta a viabilidade e regulariza atividade ou empreendimento que opera sem licença ambiental, por meio da fixação de condicionantes que viabilizam sua continuidade e conformidade com as normas ambientais;

XVII – licença prévia (LP): licença que atesta, na fase de planejamento, a viabilidade ambiental de atividade ou empreendimento quanto à sua concepção e localização, e estabelece requisitos e condicionantes ambientais;

XVIII – licenciamento ambiental: processo administrativo destinado a licenciar atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente;

XIX – relatório de caracterização do empreendimento (RCE):

documento a ser apresentado nas situações previstas nesta Lei, contendo caracterização e informações técnicas sobre a instalação e a operação da atividade ou empreendimento.

XX – relatório de controle ambiental (RCA): estudo exigido no licenciamento ambiental corretivo ou no rito simplificado, contendo dados, informações, identificação dos passivos e dos impactos ambientais de atividade u empreendimento em operação e, quando couber, medidas mitigadoras, de controle e de monitoramento ambiental;

XXI – relatório de impacto ambiental (Rima): documento que reflete as conclusões do EIA, apresentado de forma objetiva e com informações em linguagem acessível ao público em geral, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens da atividade ou empreendimento, bem como as consequências ambientais de sua implantação;

XXII – termo de referência (TR): documento emitido pela autoridade licenciadora que estabelece o conteúdo dos estudos a serem apresentados pelo empreendedor no licenciamento ambiental para avaliação dos impactos ou riscos ambientais decorrentes da atividade ou empreendimento.

Capítulo II – Do Licenciamento Ambiental

Seção 1 – Disposições Gerais

Art. 3º A construção, a instalação, a ampliação, a **modificação** e a operação de atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente estão sujeitas a prévio licenciamento ambiental perante a autoridade licenciadora

Seria um retrocesso submeter de forma ampla e irrestrita “modificações” a exigência de processo de licenciamento ambiental. Modificações na maioria das vezes não causam qualquer impacto adicional, diferentemente de uma ampliação. Ademais, mesmo as modificações são submetidas ao órgão municipal competente para prévia

Sugere-se a retirada do texto “**modificação**”

integrante do Sisnama, sem prejuízo das demais licenças, outorgas e autorizações cabíveis.

§ 1º Os entes federativos devem definir as tipologias de atividades ou empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental, respeitadas as atribuições previstas na Lei Complementar nº 140, de 2011, e observado o disposto no art. 7º desta Lei.

§ 2º Na definição das tipologias de atividades ou empreendimentos consoante previsto no § 1º deste artigo:

I – a lista estabelecida pela União deve ser observada pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, que podem complementá-la; e II – a lista estabelecida pelos estados deve ser observada pelos municípios, **que podem complementá-la.**

§ 3º Até que sejam definidas as tipologias conforme o § 1º deste artigo, cabe à autoridade licenciadora adotar o procedimento em vigor até a data da publicação desta Lei.

§ 4º A lista das tipologias de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental referida no § 1º deste artigo deve ser atualizada sempre que necessário.

Art. 4º O licenciamento ambiental pode resultar nos seguintes tipos de licenças:

- I – licença prévia (LP);**
- II – licença de instalação (LI);**
- III – licença de operação (LO);**
- IV – licença ambiental única (LAU);**
- V – licença por adesão e compromisso (LAC); e**

autorização e/ou emissão de alvará, sendo neste caso, se couber exigir o licenciamento ambiental, caso seja constatado que haverá aumento de impacto.

Quanto ao disposto no §1º, ressalta-se a importância da atuação dos Estados na definição das tipologias passíveis de licenciamento da esfera estadual. Será possível adequar conforme particularidades ambientais regionais, vocação econômica e políticas públicas estaduais.

Municípios devem seguir a tipologia estabelecida pelo estado, pois corre-se o risco de municípios do mesmo estado definirem parâmetros diferentes para classificação de empreendimentos com a mesma atividade.

Sugere-se retirar do texto “**que podem complementá-la**”

Comentários:

Art. 4º. Deverá ser regulamentado de forma clara para não haver dúvidas quanto à aplicabilidade dos tipos de licença às atividades e empreendimentos. Estados como Bahia e Minas Gerais possuem regulamentos bem detalhados a respeito.

VI – licença de operação corretiva (LOC).

§ 1º São requisitos para a emissão da licença ambiental:

I – EIA ou demais estudos ambientais, conforme TR definido pela autoridade licenciadora, para a LP;

II – projeto básico ambiental ou similar, acompanhado dos elementos de projeto de engenharia e relatório de cumprimento das condicionantes ambientais, conforme cronograma físico, para a LI;

III – relatório de cumprimento das condicionantes ambientais, conforme cronograma físico, para a LO;

IV – estudo ambiental e elementos de projeto de engenharia, para a LAU;

V – RCE, para a LAC; ou

VI – RCA, para a LOC.

§ 2º A LI pode autorizar teste operacional ou teste de avaliação prévia dos sistemas de controle de poluição da atividade ou empreendimento.

§ 3º Sem prejuízo de outros casos de procedimento bifásico, a LI de empreendimentos lineares destinados aos modais ferroviário e rodoviário, minerodutos, gasodutos e oleodutos, assim como subestações e outras infraestruturas referentes aos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica, pode contemplar condicionantes que viabilizem o início da operação logo após o término da instalação, desde que essa situação seja justificada e a autoridade licenciadora realize vistoria previamente ao funcionamento.

§2º: Possibilidade de autorização de teste operacional com respaldo na LI dá sustentação jurídica para emissão pelos órgãos ambientais da autorização para enchimento do reservatório (necessária aos testes dos equipamentos hidráulicos) sem a necessidade de obtenção da Licença de Operação, a ser obtida posteriormente. O texto é positivo.

§ 4º Sem prejuízo das disposições desta Lei, tendo em vista a natureza, as características e as peculiaridades da atividade ou empreendimento, podem ser definidas licenças específicas por ato normativo da autoridade competente.

Art. 5º As licenças ambientais devem ser emitidas observados os seguintes prazos de validade:

I – para a LP, no mínimo 3 (três) anos e no máximo 6 (seis) anos, considerando o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos à atividade ou empreendimento aprovado pela autoridade licenciadora;

II – o prazo de validade da LI e da LP **aglutinada** à LI do procedimento bifásico (LP/LI) será de no mínimo 3 (três) anos e no máximo 6 (seis) anos, considerando o estabelecido pelo cronograma de instalação da atividade ou empreendimento, aprovado pela autoridade licenciadora; e
 III – o prazo de validade da LAU, da LO, da LI aglutinada à LO do procedimento bifásico (LI/LO) e da LOC considerará os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 5 (cinco) anos.

§ 1º Os prazos previstos no inciso III do caput deste artigo devem ser ajustados pela autoridade licenciadora se a atividade ou empreendimento tiver tempo de finalização inferior a eles.

§ 2º Os prazos máximos de validade das licenças previstas no inciso III do caput deste artigo devem ser estabelecidos

Comentário: a redação do art. 5º não é objetiva. Por outro lado a utilização da palavra “aglutinada” não é usual no contexto do licenciamento dos estados – utiliza-se normalmente a palavra “concomitante”.

Cita-se como exemplo a forma objetiva de redação utilizada no art. 15 do Decreto de Minas Gerais – 47.383/2018, a ser adaptada para a presente norma no que se refere ao prazo mínimo, não previsto no citado decreto.

pela autoridade licenciadora, de forma justificada, não podendo ser emitidas licenças por período indeterminado.

Art. 6º A renovação de licença ambiental deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva da autoridade licenciadora.

§ 1º A licença ambiental pode ser renovada sucessivamente, respeitados em cada renovação os prazos máximos previstos no art. 5º desta Lei.

§ 2º A renovação da licença deve observar as seguintes condições:

I – a da LP e da LI é precedida de análise sobre a manutenção ou não das condições que lhe deram origem; e
II – a da LO é precedida de análise da efetividade das ações de controle e monitoramento adotadas, determinando-se os devidos ajustes, se necessários.

§ 3º A licença ambiental pode ser renovada automaticamente, por igual período, a partir de declaração do empreendedor, em formulário disponibilizado na internet, desde que a autoridade licenciadora ateste o atendimento conjunto das seguintes condições:

I – as características e o porte da atividade ou empreendimento não tenham sido alterados;
II – a legislação ambiental aplicável à atividade ou empreendimento não tenha sido alterada; e

§ 3º Referido paragrafo dá margem a dúvidas, uma vez que não especifica a quais tipos de licença se refere.

III – as condicionantes ambientais aplicáveis tenham sido cumpridas ou, se ainda em curso, estejam sendo cumpridas conforme o cronograma aprovado pela autoridade licenciadora.

§ 4º Na renovação da LAU, da LP/LI e da LI/LO, aplicam-se, no que couberem, as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 7º Não estão sujeitas a licenciamento ambiental as seguintes atividades ou empreendimentos:

I – pesquisa de natureza agropecuária, que não implique risco biológico, desde que haja autorização prévia dos órgãos competentes quando exigida por legislação específica e ressalvado o disposto na Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005;

II – de caráter militar previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, nos termos de ato do Poder Executivo;

III – serviços e obras direcionados à melhoria, modernização, manutenção e ampliação de capacidade em instalações pré-existentes ou em faixas de domínio e de servidão, incluindo dragagens de manutenção, se previstos no licenciamento ambiental original da atividade ou empreendimento; e

IV – que não se incluam na lista de atividades ou empreendimentos qualificados como utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação do

Observa-se que determinados setores (Ministério Público, ONGs) vão de encontro à dispensa do licenciamento na forma do contido no **inciso I**, uma vez que entendem se tratar de atividades com impacto ambiental significativo.

Quanto ao inciso III, apresenta-se como vantajoso para empreendimentos hidrelétricos, especificamente para atividades de dragagem de manutenção e, possivelmente, ampliação de capacidade em instalações.

meio ambiente, estabelecida pelos entes federativos na forma dos §§ 1º a 4º do art. 3º desta Lei.

§ 1º O empreendedor pode solicitar declaração da autoridade licenciadora da não sujeição de atividade ou empreendimento ao licenciamento ambiental, **nos termos deste artigo.**

§ 2º As não sujeições ao licenciamento ambiental não eximem o empreendedor da obtenção de autorização de supressão de vegetação, outorga dos direitos de uso de recursos hídricos ou outras licenças, autorizações ou outorgas previstas em legislação.

Se a atividade já está listada na Lei e Normas constando da sua isenção em se submeter ao licenciamento ambiental, não faz sentido ter que pedir declaração a autoridade licenciadora de não sujeição, exceto para as atividades que não tem previsão estabelecida.

Sugere-se a redação: **O empreendedor pode solicitar declaração da autoridade licenciadora da não sujeição de atividade ou empreendimento ao licenciamento ambiental, para atividades que não estejam previstas neste artigo ou nas tipologias de atividades listadas pela união e estados, nos termos deste artigo.**

Art. 8º O licenciamento ambiental de atividades de cultivo de espécies de interesse agrícola, com culturas perenes, semiperenes ou temporárias, de silvicultura de florestas plantadas e pecuária extensiva em áreas não delimitadas como reserva legal ou áreas de preservação permanente, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, deve ser realizado por meio do Sistema de Cadastro Rural (Sicar), com adoção da licença por adesão e compromisso prevista no art. 22 desta Lei.

§ 1º O licenciamento da pecuária intensiva pode ser realizado na forma estabelecida no caput deste artigo nos casos de baixo impacto ambiental definidos pelos órgãos colegiados deliberativos do Sisnama.

§ 2º A pequena propriedade ou posse rural, definida na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, não é passível de licenciamento ambiental para as atividades referidas no caput deste artigo.

§ 3º Fica estabelecido o prazo de 2 (dois) anos, contado da data de entrada em vigor desta Lei, para a adequação do Sicar ao licenciamento ambiental previsto no caput deste artigo.

Art. 9º O licenciamento ambiental de serviços e obras direcionados à melhoria, modernização, manutenção e ampliação de capacidade em instalações pré-existentes ou em faixas de domínio e de servidão, incluindo dragagens de manutenção, não enquadrados na situação de dispensa prevista no inciso III do caput do art. 7º desta Lei, deve ser precedido de apresentação de relatório de caracterização do empreendimento (RCE).

§ 1º Com base no RCE, a autoridade licenciadora deve definir os estudos ambientais a serem apresentados pelo empreendedor, assegurado o aproveitamento das análises técnicas anteriores, se mantidas as condições da licença de origem, conforme critérios definidos pela autoridade licenciadora.

§ 2º Se necessária a apresentação de EIA, a autoridade licenciadora pode excluir do TR a análise de alternativas locacionais e outros conteúdos não aplicáveis ao empreendimento.

Art. 10. A autoridade licenciadora deve assegurar procedimento simplificado e prioridade na análise para o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos de saneamento básico abrangidos pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º A exigência de EIA para o licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos referidos no caput deste artigo somente deve ocorrer em situações excepcionais, devidamente justificadas pela autoridade licenciadora.

§ 2º O licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que lancem seus efluentes líquidos em corpo hídrico receptor deve incluir em suas condicionantes, expressamente, a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos para fins de diluição, transporte e destinação final, na forma da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 11. No licenciamento ambiental de competência municipal ou distrital, a aprovação do projeto de atividade ou empreendimento deve ocorrer mediante a emissão de licença urbanística e ambiental integrada nos seguintes casos:

- I – regularização ambiental ou fundiária de assentamentos urbanos, ou urbanização de núcleos urbanos informais;
- II – parcelamento de solo urbano;
- III – instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais; e
- IV – instalações operacionais de coleta, transporte e tratamento de esgoto.

Art. 12. O gerenciamento dos impactos e a fixação de condicionantes das licenças ambientais devem atender à seguinte ordem de prioridade, aplicando-se, em todos os casos, a diretriz de maximização dos impactos positivos da atividade ou empreendimento:

I – evitar os impactos ambientais negativos;

II – minimizar os impactos ambientais negativos; e

III – compensar os impactos ambientais negativos, na impossibilidade de observância dos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 1º As condicionantes ambientais devem ter fundamentação técnica que aponte a relação direta com os impactos ambientais da atividade ou empreendimento identificados nos estudos requeridos no licenciamento ambiental, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico, bem como ser proporcionais à magnitude desses impactos.

§ 2º As condicionantes ambientais podem prever a compensação dos impactos negativos inevitáveis por meio da manutenção ou apoio a programas de pagamento por serviços ambientais que beneficiem a área de influência da atividade ou empreendimento.

§ 3º As atividades ou empreendimentos com áreas de influência total ou parcialmente sobrepostas podem, a critério da autoridade licenciadora, ter as condicionantes ambientais executadas de forma integrada, desde que

Destaca-se a importância do disposto no §1º, uma vez que as condicionantes tem que estar vinculadas aos impactos decorrentes da implantação e operação da atividade ou empreendimento, coibindo-se abusos.

Por outro lado, a redação do §2 apresenta-se muito ampla, podendo ocasionar abusos por parte das autoridades julgadoras. As compensações já estão previstas em lei (Snuc, Mata Atlântica, Área de Preservação Permanente, Espécies Protegidas, Espeleologia).

Sugere-se a retirada do §2º.

definidas formalmente as responsabilidades por seu cumprimento.

§ 4º As condicionantes estabelecidas no licenciamento ambiental não podem obrigar o empreendedor manter ou operar serviços de responsabilidade do poder público.

§ 5º O empreendedor pode solicitar, de forma fundamentada, no prazo de 30 (trinta) dias, a revisão das condicionantes ambientais ou a prorrogação do seu prazo, recurso que deve ser respondido de forma motivada pela autoridade licenciadora, que, se for o caso, pode readequar seus parâmetros de execução, suspendê-las ou cancelá-las.

§ 6º O descumprimento de condicionantes das licenças ambiental, sem a devida justificativa técnica, sujeita o empreendedor às sanções penais e administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seu regulamento, ou na legislação estadual ou municipal correlata, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 13. A autoridade licenciadora pode exigir do empreendedor no âmbito do licenciamento ambiental, de forma motivada e sem prejuízo das condicionantes ambientais previstas no art. 12 desta Lei, uma ou mais das seguintes medidas:

I – manutenção de técnico ou equipe especializada responsável pela atividade ou empreendimento como um

Referido artigo contem pontos de atenção importantes.

Item I – A responsabilidade técnica pelos estudos ambientais que subsidiam o licenciamento é de inteira responsabilidade do empreendedor, que responde por seus estudos, atos e obrigações perante aos conselhos de classe. Portanto, não cabe a autoridade

Sugere-se a retirada dos incisos I, II e V.

tudo ou apenas por um setor ou área de atuação específicos, de forma a garantir sua adequação ambiental;

II – realização de auditorias ambientais independentes, de natureza específica ou periódica;

III – elaboração de relatório de incidentes durante a instalação e operação da atividade ou empreendimento, incluindo eventos que possam acarretar acidentes ou desastres;

IV – comprovação de certificação ambiental de processos, produtos, serviços e sistemas relacionados à atividade ou empreendimento; ou

V – apresentação de caução, seguro, fiança ou outras garantias financeiras ou reais para a eventual necessidade de reparação de danos à vida humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio público, nos casos de alto risco ambiental ou em outras situações em que a medida se fizer necessária, conforme critérios definidos pela autoridade licenciadora.

licenciadora exigir equipe ou profissional por período além do necessário, a seu exclusivo critério.

Item II – A adoção de auditorias específicas e, principalmente, as periódicas vão gerar montanhas de relatórios para análise do órgão de fiscalização competente, que em sua grande maioria não tem capacidade para analisar e tomar as devidas providências preventivas. O Item III é bem mais eficiente, pois transfere ao empreendedor a responsabilidade, considerando as penalidades cabíveis, de comunicar ao órgão ambiental dos eventuais riscos do empreendimento que possam motivar perdas humanas, acidentes ambientais e desastres.

O Item V - não delimita o porte e potencial poluidor das atividades a constituírem garantias financeiras, considerando os impactos que poderão promover danos à vida humana, meio ambiente e patrimônio público. Essa exigência de forma abrangente como se encontra, poderá inviabilizar economicamente os empreendimentos que se quer tem capacidade de promover tais impactos.

Art. 14. Sem prejuízo da exigência de EIA nos termos desta Lei, caso sejam adotadas, pelo empreendedor, novas tecnologias, programas voluntários de gestão ambiental ou outras medidas que comprovadamente permitam alcançar resultados mais rigorosos do que os padrões e critérios estabelecidos pela legislação ambiental, a autoridade licenciadora pode, mediante decisão motivada, estabelecer condições especiais no processo de licenciamento ambiental, incluindo:

- I – priorização das análises, objetivando redução de prazos;
- II – dilação de prazos de renovação da LO, LI/LO ou LAU em até 50% (cinquenta por cento); ou
- III – outras consideradas cabíveis, a critério do órgão consultivo e deliberativo do Sisnama.

Parágrafo único. As medidas previstas no caput deste artigo:

- I – podem ser estendidas, com justificativa técnica, para atividade ou empreendimento que:
 - a) possua seguro, caução, fiança ou outras formas de garantias financeiras ou reais para a eventual necessidade de reparação de danos, se essa medida não for estabelecida como obrigatória por legislação ou pela autoridade licenciadora na forma do inciso V do caput do art. 13 desta Lei; ou b) assegure melhoria das condições de saneamento ambiental; e
- II – podem fundamentar reconhecimento da prestação de

<p>serviços ambientais, aptos a serem utilizados como medidas compensatórias em outra atividade ou empreendimento, na forma do regulamento.</p>		
<p>Art. 15. A autoridade licenciadora pode, mediante decisão motivada, suspender ou cancelar a licença ambiental expedida, quando ocorrerem:</p> <p>I – omissão relevante ou falsa descrição de informações determinantes para a emissão da licença;</p> <p>II – superveniência de graves riscos ambientais e de saúde; ou</p> <p>III – acidentes isolados ou recorrentes, que efetiva ou potencialmente gerem dano ambiental significativo.</p> <p>§ 1º As condicionantes ambientais e as medidas de controle podem ser modificadas pela autoridade licenciadora:</p> <p>I – na ocorrência de impactos negativos imprevistos;</p> <p>II – quando caracterizada sua não efetividade técnica;</p> <p>III – na renovação da LO, da LI/LO ou da LAU, em razão de alterações na legislação ambiental; ou</p> <p>IV – a pedido do empreendedor, conforme o § 5º do art. 12 desta Lei.</p> <p>Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo deve ser aplicado sem prejuízo da possibilidade de suspensão ou cancelamento de licença ambiental como sanção restritiva de direito, conforme previsto no § 6º do art. 12 desta Lei, respeitada a devida graduação das penalidades.</p>		
<p>Art. 16. O licenciamento ambiental independe da emissão da certidão de uso, parcelamento e ocupação do solo</p>	<p>Art. 16 – Em que pese a dispensa da exigência do CAR para fins de licenciamento, o Código Floresta o exige</p>	

urbano emitida pelos municípios, **bem como da inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Sicar**, ou ainda autorizações e outorgas de órgãos não integrantes do Sisnama, sem prejuízo do atendimento, pelo empreendedor, da legislação aplicável a esses atos administrativos.

Parágrafo único. A aplicação do caput não desobriga o empreendedor do atendimento da legislação aplicável aos referidos atos administrativos, nem de os estudos referentes ao licenciamento ambiental levarem em consideração o Plano Diretor municipal referido no art. 182, § 1º, da Constituição ou legislação equivalente.

para a intervenção ambiental (supressão de vegetação) – art. 12, §3º.

Seção 2 – Dos Procedimentos

Art. 17. O licenciamento ambiental pode ocorrer pelo procedimento trifásico ou pelo simplificado.

§ 1º O procedimento de licenciamento e o estudo ambiental a serem exigidos devem ser definidos pelos entes federativos, no âmbito das competências definidas na Lei Complementar nº 140, de 2011, por meio do enquadramento da atividade ou empreendimento de acordo com os critérios de natureza, porte e potencial poluidor, podendo ser consideradas a relevância e a fragilidade ambiental da região de implantação.

§ 2º Na definição do procedimento previsto no caput deste artigo:

I – as regras estabelecidas pela União devem ser observadas pelos estados, pelo Distrito Federal **e pelos municípios, que podem complementá-las; e**

II – as regras estabelecidas pelos estados devem ser observadas pelos municípios, **que podem complementá-las.**

§ 3º O procedimento de licenciamento ambiental deve ser compatibilizado com as etapas de planejamento, implantação e operação da atividade ou empreendimento, considerando, quando couber, os instrumentos de planejamento territorial disponíveis, como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e a AAE.

Art. 18. O licenciamento ambiental pelo procedimento trifásico envolve a emissão sequencial de LP, LI e LO.

§ 1º No caso de atividade ou empreendimento potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, o licenciamento trifásico requer a apresentação de EIA na fase de LP.

§ 2º Excepcionalmente, podem ser exigidas apenas duas licenças no procedimento com EIA, quando:

I – a LP, a LI ou a LO, isoladamente, forem incompatíveis com a natureza da atividade ou empreendimento, nos termos de ato dos órgãos colegiados deliberativos do Sisnama; ou

II – a atividade ou empreendimento estiver incluído em política, plano ou programa governamental que tenha sido objeto de AAE, previamente aprovada pelos órgãos central,

Entende-se que os municípios devem ficar restritos a seguirem as orientações do estado, de forma a evitar diferentes procedimentos de classificação das atividades e estabelecimento de modalidade de licenciamento entre municípios, que em sua grande maioria tem muito pouca capacidade técnica nos órgãos ambientais.

Todo o comando está confuso. Além da dificuldade de se compreender a excepcionalidade proposta, não se identificou possibilidade de ocorrências quanto as situações dos incisos.

Sugere-se a seguinte redação:

I – as regras estabelecidas pela União devem ser observadas pelos estados, pelo Distrito Federal que podem complementá-las.e

II – as regras estabelecidas pelos estados devem ser observadas pelos municípios,

Sugere-se rever a redação

seccionais ou locais do Sisnama, em suas respectivas esferas de competência.

§ 3º Até que seja publicado o ato previsto no inciso I do § 2º deste artigo, a autoridade licenciadora pode, de forma motivada, decidir quanto à emissão concomitante de licenças.

§ 4º Na hipótese prevista no inciso II do § 2º deste artigo, as análises realizadas no âmbito da AAE podem resultar na dispensa parcial do conteúdo do EIA, a critério da autoridade licenciadora.

Art. 19. O licenciamento ambiental pelo procedimento simplificado, observado o disposto nos arts. 17 e 18 desta Lei, pode ser:

I – bifásico;

II – em fase única; ou

III – por adesão e compromisso.

Art. 20. O licenciamento ambiental pelo procedimento bifásico consiste na aglutinação de duas licenças em uma única e pode ser aplicado nos casos em que as características da atividade ou empreendimento sejam compatíveis com esse procedimento, conforme avaliação da autoridade licenciadora.

§ 1º A autoridade licenciadora deve definir na emissão do TR as licenças que podem ser aglutinadas, seja a LP com a LI (LP/LI), seja a LI com a LO (LI/LO).

<p>§ 2º A autoridade licenciadora deve estabelecer o estudo ambiental a ser requerido no licenciamento ambiental pelo procedimento bifásico.</p>		
<p>Art. 21. O licenciamento ambiental pelo procedimento em fase única consiste na avaliação da viabilidade ambiental e na autorização da instalação e da operação da atividade ou empreendimento em uma única etapa, com a emissão da LAU.</p> <p>§ 1º A autoridade licenciadora deve definir o conteúdo do estudo ambiental que subsidia o licenciamento ambiental pelo procedimento em fase única.</p> <p>§ 2º É vedada a emissão de LAU para atividade ou empreendimento qualificado como de alto impacto ou risco ambiental, bem como para aqueles em que a legislação exija EIA.</p>		
<p>Art. 22. O licenciamento ambiental pelo procedimento por adesão e compromisso pode ocorrer se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>I – a atividade ou o empreendimento não seja qualificado como de alto impacto ou risco ambiental, nem demande EIA conforme a legislação;</p> <p>II – sejam previamente conhecidos:</p> <p>a) as características da região de implantação;</p> <p>b) as condições de instalação e operação da atividade ou empreendimento;</p>		

c) os impactos e riscos ambientais da tipologia da atividade ou empreendimento; e d) as medidas de controle ambiental necessárias.

§ 1º São consideradas atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental pelo procedimento por adesão e compromisso aqueles definidos em ato específico dos órgãos colegiados deliberativos do Sisnama, observado o disposto no § 2º do art. 17 desta Lei.

§ 2º A autoridade licenciadora deve estabelecer previamente as condicionantes ambientais da LAC, que devem ser objeto de termo de compromisso firmado pelo empreendedor, integrante da licença.

§ 3º As informações apresentadas pelo empreendedor no RCE devem ser conferidas e analisadas pela autoridade licenciadora, incluindo a realização de vistorias, ao menos por amostragem.

Seção 3 – Do Licenciamento Ambiental Corretivo

Art. 23. O licenciamento ambiental corretivo voltado à regularização de atividade ou empreendimento que iniciou sua operação até a data de publicação desta Lei sem licença ambiental ocorre pela expedição de LOC.

§ 1º Caso haja manifestação favorável ao licenciamento ambiental corretivo pela autoridade licenciadora, deve ser firmado termo de compromisso entre ela e o empreendedor anteriormente à emissão da LOC.

§ 2º O termo de compromisso deve estabelecer os critérios, os procedimentos e as responsabilidades de forma a promover o licenciamento ambiental corretivo.

§ 3º A LOC define as condicionantes e outras medidas necessárias para a regularização ambiental da atividade ou empreendimento e seus respectivos prazos, bem como as ações de controle e monitoramento ambiental para a continuidade de sua operação, em conformidade com as normas ambientais.

§ 4º A assinatura do termo de compromisso impede novas autuações fundamentadas na ausência da respectiva licença ambiental.

§ 5º O disposto no § 4º deste artigo não impede a aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento do próprio termo de compromisso, nem de outras sanções cabíveis nas esferas administrativa, civil e penal.

§ 6º A atividade ou empreendimento que já se encontre com processo de licenciamento ambiental corretivo em curso na data de publicação desta Lei pode se adequar às disposições desta Seção.

Seção 4 – Do EIA e demais Estudos Ambientais

Art. 24. A autoridade licenciadora deve elaborar Termo de Referência (TR) padrão para o EIA e demais estudos ambientais, específico para cada tipologia de atividade ou empreendimento, ouvidas as autoridades referidas no inciso III do art. 2º desta Lei, quando couber.

Os procedimentos previstos nesse artigo são muito pertinentes para empreendimentos de grande porte e grande impacto, licenciados no âmbito federal. Ajustes, através de discussão entre a autoridade licenciadora e empreendedor, no TR poderão objetivar a elaboração dos estudos, entendimento dos impactos e proposição de

§ 1º A autoridade licenciadora, ouvido o empreendedor, pode ajustar o TR considerando as especificidades da atividade ou empreendimento e de sua área de influência.

§ 2º Nos casos em que houver necessidade de ajustes no TR nos termos do § 1º deste artigo, a autoridade licenciadora deve conceder prazo de 15 (quinze) dias para manifestação do empreendedor.

§ 3º O TR deve ser elaborado considerando o nexo de causalidade entre os elementos e atributos do meio ambiente, e os potenciais impactos da atividade ou empreendimento.

§ 4º A autoridade licenciadora tem o prazo máximo de 30 (trinta dias) dias para disponibilizar o TR ao empreendedor, a contar da data do requerimento.

§ 5º As autoridades licenciadoras têm o prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da data de entrada em vigor desta Lei, para finalizar a elaboração dos termos de referência padrão previstos neste artigo, devendo mantê-los atualizados.

mitigação / compensação dando celeridade ao processo. Para empreendimentos de pequeno e médio porte e baixo ou médio impacto a discussão do TR padrão para ajustes projeto por projeto podem significar uma etapa adicional no processo de licenciamento. Nesse caso não se considera uma melhoria no procedimento, mas apenas mais uma etapa a ser ultrapassada.

Para as PCHs – via de regra licenciadas no âmbito estadual – um TR padrão para a tipologia, construído através de discussão entre o agente regulador (Aneel), órgãos ambientais e o setor produtivo seria suficiente. Ressalta-se, inclusive, que essa tipologia inclui análises ambientais em etapa anterior ao processo de licenciamento ambiental, quando se realiza o estudo de inventário hidrelétrico. Nesse estudo já se incorpora variáveis ambientais que subsidiam o entendimento de viabilidade técnica e econômica dos projetos.

Art. 25. O EIA deve contemplar:

I – concepção e características principais da atividade ou empreendimento e identificação dos processos, serviços e produtos que o compõem, assim como identificação e análise das principais alternativas tecnológicas e locais, quando couber, confrontando-as entre si e com a hipótese de não implantação da atividade ou empreendimento;

Inciso III – Destacamos a necessidade de não se repetir conhecimento. / Parece-nos que não cabe “e de suas alternativas”. As alternativas tecnológicas apresentadas se afunilam em uma, que avança no processo de mensuração do impacto. Não se faz mensuração de impacto, de forma detalhada, de todas as alternativas.

III – diagnóstico ambiental, **quando couber, considerando o cenário de conhecimento pré-existente do território**, da área de influência da atividade ou empreendimento, e a análise integrada dos elementos e atributos dos meios físico, biótico e socioeconômico que poderão ser afetados por ele;

II – definição dos limites geográficos da área diretamente afetada (ADA) e de sua área de influência da atividade ou empreendimento;

III – diagnóstico ambiental da ADA e da área de influência da atividade ou empreendimento, **com a análise integrada dos elementos e atributos dos meios físico, biótico e socioeconômico que podem ser afetados;**

IV – análise dos impactos ambientais da atividade ou empreendimento **e de suas alternativas**, por meio da identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando-os em negativos e positivos, de curto, médio e longo prazos, temporários e permanentes, considerando seu grau de reversibilidade **e suas propriedades cumulativas e sinérgicas**, bem como a distribuição dos ônus e benefícios sociais e a existência ou o planejamento de outras atividades ou empreendimentos na mesma área de influência;

V – prognóstico do meio ambiente na ADA e na área de influência da atividade ou empreendimento, nas hipóteses de sua implantação ou não;

VI – definição das medidas para evitar, mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos da atividade ou empreendimento, incluindo os decorrentes da sua desativação, e maximizar seus impactos ambientais positivos;

VII – estudo de análise de risco ambiental da atividade ou empreendimento, quando requerido nas normas previstas pelos §§ 1º e 2º do art. 17 desta Lei ou pela autoridade licenciadora, em decisão fundamentada;

VIII – elaboração de programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados; e
 IX – conclusão sobre a viabilidade ambiental da atividade ou empreendimento.

Art. 26. Todo EIA deve gerar um Rima, com o seguinte conteúdo mínimo:

I – objetivos e justificativas da atividade ou empreendimento, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II – descrição e características principais da atividade ou empreendimento, bem como de sua ADA e área de influência, com as conclusões do estudo comparativo entre suas principais alternativas tecnológicas e locais;

III – síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da ADA e da área de influência da atividade ou empreendimento;

IV – descrição dos prováveis impactos ambientais da atividade ou empreendimento, considerando o projeto proposto, suas alternativas e o horizonte de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V – caracterização da qualidade ambiental futura da ADA e da área de influência, comparando as diferentes alternativas da atividade ou empreendimento, incluindo a hipótese de sua não implantação;

VI – descrição do efeito esperado das medidas previstas para evitar, mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos da atividade ou empreendimento e para maximizar seus impactos positivos;

II – programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais da atividade ou empreendimento; e

VIII – recomendação quanto à alternativa mais favorável e conclusão sobre a viabilidade ambiental da atividade ou empreendimento.

Art. 27. Observadas as regras estabelecidas na forma dos §§ 1º a 3º do art. 17 desta Lei, a autoridade licenciadora deve definir o conteúdo mínimo dos estudos ambientais e dos documentos requeridos no âmbito do licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento não sujeito a EIA.

Parágrafo único. A autoridade licenciadora pode, motivadamente, estender a exigência de estudo de análise de risco ambiental e seus respectivos planos a atividade ou empreendimento não sujeito a EIA.

Art. 28. No caso de atividades ou empreendimentos localizados na mesma área de influência, a autoridade licenciadora pode aceitar estudo ambiental para o conjunto,

Ponto de atenção, ao regulamentar referido parágrafo, com fins de deixar claro quais motivações/situações que ensejam exigência de estudo de análise de risco, inclusive para empreendimentos não sujeitos a EIA.

dispensando a elaboração de estudos específicos para cada atividade ou empreendimento, sem prejuízo das medidas de participação previstas na Seção 6.

§ 1º Na hipótese prevista no caput deste artigo, pode ser emitida LP única para o conjunto de atividades ou empreendimentos, desde que identificado um responsável legal, mantida a necessidade de emissão das demais licenças específicas para cada atividade ou empreendimento.

§ 2º Para atividades ou empreendimentos de pequeno porte e similares, pode ser admitido um único processo de licenciamento ambiental, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de atividades ou empreendimentos.

Art. 29. Independentemente da titularidade de atividade ou empreendimento sujeito a licenciamento ambiental, no caso de implantação na área de influência de outro já licenciado, **pode ser aproveitado** o diagnóstico constante no estudo ambiental anterior, desde que adequado à realidade da nova atividade ou empreendimento e resguardado o sigilo das informações previsto em lei.

§ 1º Para atender ao disposto no caput deste artigo, a autoridade licenciadora deve manter base de dados, disponibilizada na internet e integrada ao Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima), consoante o disposto no art. 31 desta Lei.

§ 2º Cabe à autoridade licenciadora estabelecer o prazo de validade dos dados disponibilizados para fins do disposto neste artigo.

§ 3º O TR deve indicar o aproveitamento ou não dos referidos estudos já realizados na área de influência da atividade ou empreendimento.

Art. 30. A elaboração de estudos ambientais deve ser confiada a equipe habilitada nas respectivas áreas de atuação e registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

Considera-se importante que os estudos ambientais sejam realizados por equipe habilitada com atribuições e competências compatíveis com o nível de complexidade dos estudos, associados à complexidade dos projetos. No mesmo sentido é importante que a análise dos estudos ambientais pelo órgão licenciador seja feita por técnicos capacitados visando a qualidade técnica, regularidade nos procedimentos e, sobretudo, capacitação para gerir a transversalidade dos temas relacionados aos estudos que compõe o processo principal (licenciamento ambiental) e também os processos complementares (IPHAN, Fundação Palmares, Funai, Ibma – UC, etc.).

Art. 30. A elaboração de estudos ambientais, assim como sua análise pela autoridade licenciadora, deve ser confiada a equipe habilitada nas respectivas áreas de atuação e registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

Seção 5 – Da Integração e Disponibilização de Informações

Art. 31. O Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima) deve conter subsistema que integre as informações sobre os licenciamentos ambientais realizados em nível federal, estadual, municipal e no Distrito Federal,

bem como as bases de dados mantidas pelas respectivas autoridades licenciadoras.

§ 1º As informações fornecidas e utilizadas no licenciamento ambiental, incluindo os estudos ambientais realizados, devem atender a parâmetros que permitam a estruturação e manutenção do subsistema previsto no caput deste artigo.

§ 2º O subsistema previsto no caput deste artigo deve operar, sempre que couber, com informações georreferenciadas, e ser compatível com Sicar, o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) e, na forma do regulamento, com outros sistemas de controle governamental.

§ 3º Resguardados os sigilos garantidos por lei, as demais informações do subsistema previsto no caput deste artigo devem estar acessíveis pela internet.

§ 4º Fica estabelecido o prazo de 4 (quatro) anos, contado da data de entrada em vigor desta Lei, para a organização e pleno funcionamento do subsistema previsto no caput deste artigo.

Art. 32. O licenciamento ambiental deve tramitar em meio eletrônico em todas as suas fases.

Parágrafo único. Cabe aos entes federativos criar, adotar ou compatibilizar seus sistemas de forma a assegurar o estabelecido no caput deste artigo no prazo de 3 (três) anos, contado da data de entrada em vigor desta Lei

Referido artigo é importante na medida que facilita o acesso rápido e seguro à informação. Atualmente, em muitos Estados, o acesso aos dados dos processos ainda ocorre via meio físico.

Art. 33. O pedido de licenciamento ambiental, sua aprovação, rejeição ou renovação devem ser publicados em jornal oficial e no sítio eletrônico da autoridade licenciadora.

§ 1º Em caso de aprovação ou renovação, devem constar na publicação oficial o prazo de validade e a indicação do sítio eletrônico no qual o documento integral da licença ambiental pode ser acessado.

§ 2º A autoridade licenciadora deve disponibilizar, em seu sítio eletrônico, todos os documentos do licenciamento ambiental cuja digitalização seja viável.

§ 3º O estudo ambiental rejeitado deve ser identificado no sítio eletrônico da autoridade licenciadora e no Sinima, com a indicação dos motivos que ensejaram sua rejeição.

Art. 34. O EIA e demais estudos e informações que integram o licenciamento ambiental são públicos, passando a compor o acervo da autoridade licenciadora, devendo ser incluídos no Sinima, conforme estabelecido no art. 31 desta Lei.

Seção 6 – Da Participação Pública

Art. 35. A atividade ou empreendimento sujeito a licenciamento ambiental pelo procedimento com EIA deve ser objeto de processo de participação pública, com a realização de pelo menos 1 (uma) audiência pública presencial antes da decisão final sobre a emissão da LP.

§ 1º Na audiência pública presencial prevista no caput deste artigo, deve ser apresentado à população da ADA e da área de influência da atividade ou empreendimento o conteúdo

Acolher ou rejeitar recomendações de forma motivada em procedimento de audiência pública, demandaria muitas horas de justificativa, atrasando o processo deliberativo da viabilidade ambiental. Entendo que ao acolher as eventuais recomendações o órgão deverá se posicionar sobre os efeitos, programas e condicionantes resultantes dessa inserção.

Sugere-se a seguinte alteração de redação:

§ 4º As conclusões e recomendações da audiência pública presencial não vinculam a decisão da autoridade licenciadora mas podem ser rejeitadas ou acolhidas a exclusivo critério da autoridade licenciadora.

da proposta em análise e do seu respectivo Rima, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.

§ 2º Antes da realização da audiência pública presencial prevista no caput deste artigo, o empreendedor deve disponibilizar o Rima, conforme definido pela autoridade licenciadora.

§ 3º A decisão da autoridade licenciadora sobre a realização de mais de uma audiência pública presencial deve ser motivada na inviabilidade de realização de um único evento, na complexidade da atividade ou empreendimento, na amplitude da distribuição geográfica da área de influência **ou em outro fator relevante devidamente justificado.**

§ 4º As conclusões e recomendações da audiência pública presencial não vinculam a decisão da autoridade licenciadora, mas devem ser motivadamente rejeitadas ou acolhidas.

§ 5º Além do previsto no caput e nos §§ 1º a 4º deste artigo, deve ser viabilizada consulta pública por meio da internet:

I – se houver requerimento do Ministério Público ou de 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, em até 10 (dez) dias após a realização da audiência pública; e

II – em outras situações em que, motivadamente, a autoridade licenciadora julgar pertinente.

§ 6º A consulta pública prevista no § 5º deste artigo deve durar, no mínimo, 15 (quinze) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias.

Diante da nova comunicação digital e redes sociais cresce o número de notícias falsas e ataques virtuais. Neste sentido, precisa-se regulamentar essa participação “on line” para que não se desvirtue o objetivo de informar e tirar dúvidas da sociedade, com robôs de repetição e “Fake News” para prejudicar o projeto.

Sugere-se a seguinte redação:

§ 7º Sem prejuízo da audiência pública presencial e do disposto no § 5º deste artigo, a autoridade licenciadora pode instituir sistema de participação pública durante o processo de licenciamento ambiental por meio digital, desde que as manifestações estejam acompanhadas das identificações dos respectivos interessados e, em sendo manifestação anônima, as mesmas serão desconsideradas.

§ 7º Sem prejuízo da audiência pública presencial e do disposto no § 5º deste artigo, a autoridade licenciadora pode instituir sistema de participação pública durante o processo de licenciamento ambiental por meio da internet.

§ 8º Além das audiências e consultas públicas previstas neste artigo, a autoridade licenciadora pode realizar reuniões participativas com especialistas e interessados.

§ 8º Alerta-se para a necessidade estabelecer melhor quem poderia se enquadrar na alcunha de especialistas e interessados, sendo que eventuais posicionamentos diversos dos estudos ambientais devem estar acompanhados da devida fundamentação (inclusive metodológica), bem como responsável técnico.

Sugere-se a seguinte redação:

§ 8º Além das audiências e consultas públicas previstas neste artigo, a autoridade licenciadora pode realizar reuniões participativas com especialistas e interessados, devendo estes estarem inscritos no CTF do IBAMA e emitirem Declarações de Responsabilidade Técnica, em sendo o caso.

Art. 35. A autoridade licenciadora pode receber contribuições por meio de reuniões presenciais ou por meio da internet nos casos de licenciamento ambiental pelo procedimento simplificado.

Art. 36. A consulta aos povos indígenas e tribais decorrentes da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais deve ser realizada pelas entidades governamentais responsáveis pela proteção desses povos, que comunicarão seu resultado à autoridade licenciadora, sem caráter vinculante. Parágrafo único. Os procedimentos para a consulta de que trata este artigo devem ser detalhados em regulamento.

Seção 7 – Da Participação das Autoridades Envolvidas

Art. 37. A participação, no licenciamento ambiental das

Deve-se primeiro adequar a redação do art. 2º para então adequar a redação deste artigo. O intuito é

autoridades envolvidas referidas no inciso III do art. 2º desta Lei ocorre nas seguintes situações:

I – quando na ADA ou na área de influência existir:

a) terra indígena com portaria de declaração de limites publicada; ou

b) área que tenha sido objeto de portaria de interdição em razão da localização de índios isolados;

II – quando na ADA ou na área de influência existir terra quilombola titulada;

III – quando na ADA ou na área de influência existirem bens culturais formalmente identificados e acautelados;

IV – quando o empreendimento ou atividade afetar Unidade de Conservação da natureza ou sua zona de amortecimento; e

V – em outros casos relevantes justificados pela autoridade licenciadora.

§ 1º A manifestação das autoridades envolvidas não vincula a decisão final da autoridade licenciadora quanto à licença ambiental, exceto no caso de que tratam o inciso IV do caput e o § 2º deste artigo.

§ 2º A manifestação especificada no inciso IV do caput deste artigo:

I – deve ocorrer no licenciamento ambiental em que se exija EIA, sempre que na ADA ou área de influência da atividade ou empreendimento existir unidade de conservação, com exceção de Áreas de Proteção Ambiental;

e

participar apenas quando estiver na ADA ou também quando estiver na AID? Caso apenas ADA deve-se retirar a parte que trata de área de influência (mais ampla)

IV – quando o empreendimento ou atividade afetar **diretamente** Unidade de Conservação da natureza ou sua zona de amortecimento; e

Comentário: É preciso deixar bem claro que se trata de afetação direta, até mesmo porque a zona de amortecimento já representa a indireta.

§ 1º A manifestação das autoridades envolvidas é **complementar e subsidia**, mas não vincula, a decisão final da autoridade licenciadora quanto à licença ambiental, exceto no caso de que tratam o inciso IV do caput e o § 2º deste artigo.

II – deve se restringir aos impactos da atividade ou empreendimento na unidade de conservação potencialmente afetada.

TEXTO PARA DEBATE – SEGUNDA VERSÃO DO RELATOR (02/07/2019)

§ 3º As disposições do caput deste artigo são aplicadas sem prejuízo da legislação sobre o patrimônio arqueológico ou paleontológico.

Art. 38. A autoridade licenciadora deve solicitar a manifestação as autoridades envolvidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do estudo ambiental ou de, planos, programas e projetos relacionados à licença ambiental.

§ 1º A autoridade envolvida deve apresentar manifestação conclusiva para subsidiar a autoridade licenciadora no prazo máximo equivalente à metade do prazo concedido a esta, contado da data de recebimento da solicitação.

§ 2º A ausência de manifestação da autoridade envolvida no prazo estabelecido no § 1º deste artigo não obsta o andamento do licenciamento, nem a expedição da licença ambiental.

§ 3º No caso de a manifestação da autoridade envolvida incluir propostas de condicionantes, elas devem estar acompanhadas de justificativa técnica que demonstre sua necessidade para evitar, mitigar ou compensar impactos ambientais negativos da atividade ou empreendimento,

A responsabilidade deve permanecer ainda com o órgão licenciador, sob pena de se fragmentar o licenciamento ambiental.

§ 4º As autoridades envolvidas deverão **apoiar a autoridade licenciadora no acompanhamento** da implementação das condicionantes ambientais incluídas nas licenças relacionadas a suas respectivas atribuições, informando a autoridade licenciadora nos casos de descumprimento ou inconformidade.

podendo a autoridade licenciadora rejeitar aquelas que não atendam a esse requisito.

§ 4º As autoridades envolvidas devem acompanhar a implementação das condicionantes ambientais incluídas nas licenças relacionadas a suas respectivas atribuições, informando a autoridade licenciadora nos casos de descumprimento ou inconformidade.

Seção 8 – Dos Prazos Administrativos

Art. 39. O processo de licenciamento ambiental deve respeitar os seguintes prazos máximos de análise para emissão da licença, contados a partir da entrega do estudo ambiental pertinente e das demais informações ou documentos requeridos na forma desta Lei:

- I – 12 (doze) meses para a LP, quando o estudo ambiental exigido for o EIA;
- II – 6 (seis) meses para a LP, para os casos dos demais estudos;
- III – 4 (quatro) meses para a LI, a LO, a LOC e a LAU;
- IV – 6 (seis) meses para as licenças pelo procedimento bifásico em que não se exija EIA; e
- V – 45 (quarenta e cinco) dias para a LAC.

§ 1º Os prazos estipulados no caput deste artigo podem ser alterados em casos específicos, desde que formalmente solicitado pelo empreendedor e com a concordância da autoridade licenciadora.

§ 2º O requerimento de licença ambiental não deve ser admitido quando, no prazo de 30 (trinta) dias, a autoridade

§3º e 4º - Não se observa benefício nesse dispositivo – uso da competência supletiva – na prática – acarreta mais atrasos e/ou inseguranças. Sempre tem que prever a possibilidade de aproveitar as análises já realizadas pelo órgão ambiental (vistorias e análises).

§ 4º Na instauração de competência supletiva prevista no § 3º deste artigo, o prazo de análise é reiniciado, devendo ser aproveitados, sempre que possível, os elementos instrutórios no âmbito do licenciamento ambiental, sendo vedada a solicitação de estudos já apresentados e aceitos, ressalvados os casos de vício de legalidade.

licenciadora identificar que o EIA ou outro estudo ambiental protocolado não apresente os itens listados no termo de referência TR, gerando a necessidade de reapresentação do estudo, com reinício do procedimento e da contagem do prazo.

§ 3º O decurso dos prazos máximos previstos no caput deste artigo sem a emissão da licença ambiental não implica emissão tácita, nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, mas instaura a competência supletiva do licenciamento ambiental, nos termos do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 140, de 2011.

§ 4º Na instauração de competência supletiva prevista no § 3º deste artigo, o prazo de análise é reiniciado, devendo ser aproveitados, sempre que possível, os elementos instrutórios no âmbito do licenciamento ambiental, sendo vedada a solicitação de estudos já apresentados e aceitos, ressalvados os casos de vício de legalidade.

§ 5º Respeitados os prazos previstos neste artigo, a autoridade licenciadora deve definir em ato próprio os demais prazos do licenciamento ambiental.

Art. 40. As exigências de complementação oriundas da análise do licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento devem ser comunicadas pela autoridade licenciadora de uma única vez ao empreendedor, ressalvadas aquelas decorrentes **de fatos novos**, nos

Não considera-se adequado abrir precedente para “fatos novos”, após ocorrida a 1ª solicitação de complementações. Atualmente, pedidos complementares são requisitados de forma desordenada, atrasando o processo de licenciamento. Registra-se ainda, que os estudos ambientais estão limitados aos temas do Termo

Sugere-se a seguinte redação:

As exigências de complementação oriundas da análise do licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento devem ser comunicadas pela autoridade licenciadora de uma única vez ao empreendedor, ressalvadas aquelas decorrentes de

termos do § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 140, de 2011.

§ 1º O empreendedor deve atender às exigências de complementação no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contado do recebimento da respectiva notificação, podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da autoridade licenciadora, desde que justificado pelo empreendedor.

§ 2º O descumprimento injustificado do prazo previsto no § 1º deste artigo enseja o arquivamento do processo.

§ 3º O arquivamento do processo a que se refere o § 2º deste artigo não impede novo protocolo com o mesmo teor, em processo sujeito a outro recolhimento de despesas de licenciamento ambiental, bem como à apresentação da complementação de informações, documentos ou estudos, julgada necessária pela autoridade licenciadora.

§ 4º A exigência de complementação de informações, documentos ou estudos feitos pela autoridade licenciadora suspende a contagem dos prazos previstos no art. 39 desta Lei, que continuam a fluir após o seu atendimento integral pelo empreendedor.

Art. 41. O processo de licenciamento ambiental que ficar sem movimentação durante 2 (dois) anos sem justificativa formal pode ser arquivado, mediante notificação prévia ao empreendedor.

Parágrafo único. Para o desarquivamento do processo, podem ser exigidos novos estudos ou a complementação

de Referência, eventuais fatos novos devem ser considerados na 1ª informação complementar solicitada.

A falta de movimentação do processo por omissão do empreendedor poderá ser arquivado, uma vez comprovada sua negligência. Entretanto, precisa-se ter cuidado para que mediante a paralisa da autoridade licenciadora, órgãos anuentes, alterações de legislação, mudanças de governo não se arquivem

fatos novos da necessidade de sanar questões relativas as complementações solicitadas, nos termos do § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 140, de 2011.

Sugere-se a seguinte redação:

O processo de licenciamento ambiental que ficar sem movimentação, por omissão do empreendedor, durante 2 (dois) anos sem justificativa formal pode ser arquivado, mediante notificação prévia ao empreendedor.

<p>dos anteriormente apresentados, bem como cobradas novas despesas relativas ao licenciamento ambiental.</p>	<p>processos por decurso de prazo, como forma até mesmo de zerar os passivos que se acumulam nos órgãos da união, estados e municípios.</p>	<p>Parágrafo único. Para o desarquivamento do processo, podem ser exigidos novos estudos ou a complementação dos anteriormente apresentados, bem como cobradas novas despesas relativas ao licenciamento ambiental.</p>
<p>Art. 42. Os demais entes federativos interessados podem se manifestar à autoridade licenciadora responsável, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental, nos termos do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 140, de 2011, previamente à emissão da primeira licença da atividade ou empreendimento.</p> <p>Parágrafo único. Cabe manifestação dos entes federativos interessados em outras fases do licenciamento se houver alteração de projeto.</p>		
<p>Art. 43. As autorizações ou outorgas a cargo de órgão ou entidade integrante do Sisnama que se fizerem necessárias para o pleno exercício da licença ambiental devem ser emitidas prévia ou concomitantemente a ela, respeitados os prazos máximos previstos no art. 39 desta Lei.</p> <p>TEXTO PARA DEBATE – SEGUNDA VERSÃO DO RELATOR (02/07/2019)</p>	<p>As outorgas pelo direito de uso dos recursos hídricos não pertencem ao Sisnama e sim ao SINGREH, por determinação constitucional e legal. Alerta-se para a questão da autorização da ANA/ANEEL.</p>	

Seção 9 – Das Despesas do Licenciamento Ambiental

Art. 44. Correm a expensas do empreendedor as despesas relativas:

I – à elaboração dos estudos ambientais requeridos no licenciamento ambiental;

II – à realização de audiência pública ou outras reuniões ou consultas públicas realizadas no licenciamento ambiental;

III – ao custeio de implantação, operação, monitoramento e eventual readequação das condicionantes ambientais, nelas considerados os planos, programas e projetos relacionados à licença ambiental expedida;

IV – à publicação dos pedidos de licença ambiental ou sua renovação, incluindo os casos de renovação automática;

V – às cobranças previstas no Anexo da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, incluído pela Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, no que couber; e

VI – às taxas e preços estabelecidos pelas legislações federal, estadual, distrital ou municipal.

§ 1º Os valores alusivos às cobranças do poder público relativos ao licenciamento ambiental devem guardar relação de proporcionalidade com o custo e a complexidade dos serviços prestados e estar estritamente relacionados ao objeto da licença ambiental.

§ 2º A autoridade licenciadora deve publicar os itens de composição das cobranças referidas no § 1º deste artigo.

§ 3º Devem ser realizados de ofício pelos órgãos do Sisnama, independentemente de pagamento de taxas ou outras despesas, os atos necessários à emissão de declaração de não sujeição ao licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento, nos termos do art. 7º desta Lei.

Capítulo III – Da Avaliação Ambiental Estratégica

Art. 45. A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) tem como objetivo identificar as consequências, conflitos e oportunidades de propostas de políticas, planos e programas governamentais, considerando os aspectos ambientais, e assegurar, em tempo hábil, a interação entre as políticas setoriais, territoriais e de sustentabilidade ambiental no processo de tomada de decisão.

Parágrafo único. A AAE tem cunho facultativo e é atribuição dos órgãos responsáveis pelo planejamento e formulação de políticas, planos e programas governamentais, ou conjuntos de projetos estruturantes, de desenvolvimento setorial ou territorial.

Destaca-se o potencial da AAE, como forma de avaliação macro a ser utilizada nas Políticas Públicas, com reflexos posteriores no direcionamento dos estudos ambientais (viabilidade locacional/ambiental e econômica).

Art. 46. A realização da AAE não exime os responsáveis de submeter atividade ou empreendimento que integre as políticas, planos ou programas ao licenciamento ambiental.

§ 1º Os resultados da AAE podem conter diretrizes para orientar o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos.

§ 2º A AAE não pode ser exigida como requisito para o licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento e sua inexistência não deve obstar ou dificultar esse processo.
 § 3º Os instrumentos de planejamento e de políticas, planos e programas governamentais que contenham estudos com conteúdo equiparável à AAE, na forma do regulamento, podem ser beneficiados com o previsto no inciso II do § 2º do art. 18 desta Lei.

Capítulo IV – Disposições Complementares e Finais

Art. 47. Sem prejuízo do disposto no art. 14 desta Lei, os processos de licenciamento ambiental devem ser distribuídos para análise de acordo com a ordem cronológica de protocolo, salvo prioridade devidamente comprovada.
 Parágrafo único. É considerado prioritário, para os fins a que se refere o caput deste artigo, a atividade ou empreendimento vinculado a programas governamentais de geração de emprego.

Precisam ser prioridades os projetos estruturantes, de interesse público e de utilidade pública que além de gerar emprego constituam a base de crescimento e desenvolvimento do país.

Sugere-se a seguinte redação:

**Sem prejuízo do disposto no art. 14 desta Lei, os processos de licenciamento ambiental devem ser distribuídos para análise de acordo com a ordem cronológica de protocolo, salvo prioridade devidamente comprovada.
 Parágrafo único. É considerado prioritário, para os fins a que se refere o caput deste artigo, a atividade ou empreendimento vinculado a programas governamentais de geração de emprego, planejamento energético e infraestrutura.**

Art. 48. Os estudos técnicos de atividade ou empreendimento, relativos ao planejamento setorial envolvendo a pesquisa, e demais estudos técnicos e ambientais aplicáveis, podem ser realizados em quaisquer categorias de unidades de conservação de domínio público

<p>previstas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, mediante autorização de acesso do órgão gestor da unidade.</p> <p>Parágrafo único. A interferência da realização dos estudos nos atributos da unidade de conservação deve ser a menor possível, reversível e mitigável.</p>		
<p>Art. 49. Em caso de situação de emergência ou estado de calamidade pública decretado por qualquer ente federativo, as ações de resposta imediata ao desastre podem ser executadas independentemente de licenciamento ambiental.</p> <p>§ 1º O executor deve apresentar à autoridade licenciadora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de conclusão de sua execução, informações sobre as ações de resposta empreendidas.</p> <p>§ 2º A autoridade licenciadora pode definir orientações técnicas e medidas de caráter mitigatório ou compensatório às intervenções de que trata o caput deste artigo.</p>		
<p>Art. 50. Aplica-se subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aos atos administrativos disciplinados por esta Lei.</p>		
<p>Art. 51. As disposições desta Lei são aplicadas sem prejuízo da legislação sobre:</p> <p>I – a exigência de EIA consoante a caracterização da vegetação como primária ou secundária em diferentes estágios de regeneração; e</p> <p>II – a ocupação e a exploração de apicuns e salgados.</p>		

Art. 52. Após a entrada em vigor desta Lei, alterações no projeto original já licenciado e não previsto na licença que autorizou a operação da
 TEXTO PARA DEBATE – SEGUNDA VERSÃO DO RELATOR (02/07/2019)

atividade ou empreendimento devem ser analisadas no âmbito do processo de licenciamento ambiental existente e, caso viáveis, autorizadas por meio de retificação.

Art. 53. Os profissionais que subscrevem os estudos ambientais necessários ao processo de licenciamento ambiental e os empreendedores são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Entendo que especialistas (terceiros) que recomendem adequações condições do licenciamento no âmbito do licenciamento também devem estar sujeitos ao disposto em referido artigo.

Art. 54. As instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e as entidades governamentais de fomento são obrigadas a verificar a situação de regularidade da atividade ou empreendimento quanto à licença ambiental.

§ 1º A apresentação de licença válida expedida pela autoridade competente do Sisnama é suficiente para a comprovação de regularidade, não cabendo responsabilização das instituições e entidades referidas no caput por danos causados pelas atividades ou empreendimentos licenciados, sem prejuízo do disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º A inobservância do disposto no caput neste artigo é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeito do disposto no art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e da responsabilização solidária, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados.

Art. 55. Revogam-se o parágrafo único do art. 67 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o § 2º do art. 6º da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988.

Art. 55. Revogam-se o parágrafo único do art. 67 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o § 2º do art. 6º da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988.

3 PROJETO DE LEI Nº 3.729/2004

3.1 SÍNTESE

O Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, de autoria do Deputado Luciano Zica e outros, dispõe sobre o licenciamento ambiental e regulamenta o inciso IV do § 1º do artigo 225 da Constituição da República, pelo qual se exige, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental.

A matéria se insere no âmbito da competência concorrente, cabendo à União estabelecer normas gerais (artigo 24, VI, e § 1º, da Constituição da República), e nas atribuições normativas do Congresso Nacional (artigo 48, caput, da Constituição da República).

3.2 PROPOSIÇÕES APENSADAS À PRINCIPAL

No decorrer de cerca de 15 (quinze) anos em que a matéria tramita na Câmara dos Deputados, foram-lhe apensados outros projetos de lei tratando do mesmo tema ou de matérias análogas.

1. PL nº 3.957/2004, da Deputada Ann Pontes, que disciplina de forma ampla o licenciamento ambiental e sua aplicação pelos órgãos ou entidades competentes, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
2. PL nº 3.829/2015, do Deputado Rômulo Gouveia (apensado ao anterior), que dispõe sobre a inclusão, nos processos de licenciamento ambiental de atividade mineradora, de projetos de piscicultura como parte integrante do projeto de recuperação de áreas degradadas;
3. PL nº 5.435/2005, do Deputado Ivo José, que altera a Lei nº 6.938, de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), para ampliar a proteção ao meio ambiente e dar celeridade ao processo de recuperação ambiental;
4. PL nº 5.918/2013, do Deputado Dr. Jorge Silva (apensado ao anterior), que dispõe sobre a exigência de plano de controle da contaminação ambiental para fins de licenciamento ambiental;
5. PL nº 5.576/2005, do Deputado Jorge Pinheiro, que dispõe sobre prazos de licenciamento ambiental, de acordo com o porte e o potencial poluidor do empreendimento ou atividade produtiva;
6. PL nº 2.941/2011, do Deputado Ronaldo Benedet (apensado ao anterior), que prevê prazo máximo de noventa dias para os órgãos ambientais decidirem sobre pedidos de licenciamento ambiental;
7. PL nº 1.147/2007, do Deputado Chico Alencar e outros, que determina a obrigatoriedade, para o licenciamento de obra ou atividade utilizadora de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras e empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, da realização do balanço de emissões de gases do efeito estufa;
8. PL nº 2.029/2007, do Deputado Betinho Rosado, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, dispondo sobre atribuições dos municípios;

9. PL nº 358/2011, do Deputado Júlio Lopes, que determina prioridade para a tramitação do licenciamento ambiental de atividades que tenham como objetivo a conservação e melhoria do meio ambiente;
10. PL nº 1.700/2011, do Deputado Silas Câmara, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para estabelecer que os riscos sísmicos sejam considerados no âmbito do licenciamento ambiental;
11. PL nº 5.716/2013, do Deputado Alessandro Molon, que dispõe sobre os objetivos e competências dos órgãos licenciadores responsáveis pela avaliação e aprovação de estudos de impactos ambientais de planos, programas e projetos potencialmente causadores de significativa degradação ambiental, e dá outras providências;
12. PL nº 6.908/2013, do Deputado Wolney Queiroz, que dispõe sobre as exigências ambientais para a concessão de financiamentos oficiais;
13. PL nº 8.062/2014, do Deputado Alceu Moreira, que revoga o parágrafo único do artigo 67 da Lei nº 9.605, de 1998, e o item 1.1 – Licença Ambiental ou Renovação da Seção III – Controle Ambiental, do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 2000;
14. PL nº 1.546/2015, do Deputado Ronaldo Benedet (apensado ao anterior), que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, alterando a redação das Leis nº 6.938, de 1981; 9.960, de 2000; 9.985, de 2000 e 9.605, de 1998;
15. PL nº 4.429/2016, do Deputado Wilson Filho, que dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional;
16. PL nº 5.818/2016, do Deputado Augusto Carvalho, que altera a redação da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 para tornar expressa a corresponsabilidade da instituição financeira na concessão de financiamento a projetos ambientais sujeitos a licenciamento;
17. PL nº 6.411/2016, do Deputado Newton Cardoso Jr, que altera a redação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispensar do licenciamento ambiental a atividade de silvicultura quando o plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas se der em áreas rurais consolidadas, ou em áreas que se encontrem degradadas em função de impacto antrópico a qualquer tempo, e desde que localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente ou de Reserva Legal;
18. PL nº 6.877/2017, do Deputado Jaime Martins, que altera a redação da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para incluir a análise de risco de desastre no âmbito do licenciamento ambiental;
19. PL nº 7.143/2017, do Deputado Francisco Floriano, que altera a redação da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispor sobre o processo de licenciamento ambiental;
20. PL nº 9.177/2017, do Deputado Lucio Mosquini, que lista algumas obras e atividades que não estariam sujeitas ao licenciamento ambiental;
21. PL nº 10.238/2018, do Deputado Augusto Carvalho, que visa a acrescentar parágrafo ao artigo 12 da Lei nº 6.938, de 1981, dispondo que a ausência das cautelas fiscalizatórias no que se refere às licenças concedidas pelo ente público competente, bem com aquelas que

deveriam ter sido confeccionadas pelo ente estatal no seu mister, atrelados aos financiamentos concedidos para terceiros, ensejará a responsabilidade indireta do ente público por dano ambiental, desde que provado o nexo de causalidade entre a falta de fiscalização, o empréstimo financeiro por ela concedido e o dano ambiental causado.

3.3 DISTRIBUIÇÃO ÀS COMISSÕES

Inicialmente, a matéria havia sido distribuída às Comissões: de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) – mérito; de Finanças e Tributação (CFT) – mérito e artigo 54, II, do RICD; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) – artigo 54, I, do RICD.

Em 20.12.2013, foi deferido o Requerimento nº 9.153/2013, no qual se pediu a distribuição da matéria também à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

O despacho passou a ser, então, nesta ordem: à CAPADR, à CMADS, à CFT (mérito e art. 54, II, do RICD) e à CCJC (art. 54, I, do RICD).

Na CAPADR, foi aprovado, por unanimidade, em 14/05/2014, o parecer do Relator, Deputado Moreira Mendes, pela aprovação da proposição principal e dos PLs nºs 3.957/2004, 5.576/2005, 1.700/2011, 2.941/2011 e 5.716/2013, apensados, com substitutivo; e pela rejeição dos PLs nºs 5.435/2005, 1.147/2007, 2.029/2007, 358/2011, 5.918/2013 e 6.908/2013, apensados.

Na CMADS, a matéria foi objeto de 5 (cinco) pareceres do Deputado Ricardo Tripoli, em 30/01/2009; do Deputado André de Paula, em 16/12/2009; do Deputado Valdir Colatto, em 23/10/2013; do Deputado Penna, em 06/12/2013; e outro parecer, em 17/12/2013, do mesmo autor, antes de sua redistribuição para a CAPADR. Após seu retorno à CMADS, o Deputado Ricardo Tripoli assumiu a relatoria e proferiu parecer pela aprovação dos PLs nºs 3.729/2004, principal; e 3.957/2004, 5.435/2005, 1.147/2007, 358/2011, 1.700/2011, 5.716/2013, 5.918/2013, 6.908/2013, 8.062/2014 e 1.546/2015, apensados, na forma de substitutivo; e pela rejeição dos PLs nºs 5.576/2005, 2.029/2007 e 2.941/2011, apensados.

O PL nº 1.700/2011, apensado, recebeu alteração de tramitação em virtude da aprovação do Requerimento nº 3.565/2015, dando ao regime de tramitação o caráter de Urgência, o que remeteu a matéria para Plenário, sem a apreciação das Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Relator da matéria na Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Mauro Pereira, opinou pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.729/2004, principal; dos PLs nºs 3.957/2004, 5.576/2005, 358/2011, 1.700/2011, 2.941/2011, 5.716/2013, 8.062/2014, 1.546/2015, 4.429/2016, 5.435/2005, 1.147/2007, 5.918/2013, 6.908/2013 e 3.829/2015, apensados; e dos substitutivos da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. No mérito, opinou pela aprovação do PL nº 3.729/2004, principal; dos PLs nºs 3.957/2004, 5.576/2005, 358/2011, 1.700/2011, 2.941/2011, 5.716/2013, 8.062/2014, 1.546/2015, e 4.429/2016 apensados, na forma do substitutivo apresentado; e pela rejeição dos PLs nºs 5.435/2005, 1.147/2007, 5.918/2013, 6.908/2013 e 3.829/2015, apensados. O voto, que não se manifestou sobre o mérito dos substitutivos das Comissões precedentes, não foi apreciado.

O PL nº 9.177/2017 foi apensado ao principal em dezembro de 2017 e o PL nº 10.238/2018 em maio de 2018.

3.4 DESPACHO ATUAL E ÚLTIMA AÇÃO LEGISLATIVA

Em 01.07.2019 foi deferido o Requerimento nº 1821/2019, conforme o seguinte teor: *“Defero o pedido contido no Requerimento n. 1.821/2019. Desapense-se o Projeto de Lei nº 3.729/2004 e seus apensados do Projeto de Lei n. 2.942/2019. Submeta-se o Projeto de Lei n. 3.729/2004 e seus apensados ao regime de urgência e à apreciação do Plenário. Publique-se. Oficie-se”.*

Justificativa foi que *“o PL nº 3.729/2004 visa estabelecer um novo processo de licenciamento ambiental e redefinir as competências dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Noutro rumo, porém, o PL nº 2.942/2019 dispõe exclusivamente sobre o aproveitamento de informações em instrumentos de impacto ambiental. São, portanto, matérias de conteúdo e intenções diversas, não podendo tramitar conjuntamente. Diante do exposto, solicitamos a desapensação dos referidos projetos, pelas razões de ordem técnica apresentadas e para assegurar o absoluto respeito ao Regimento Interno desta Casa.”*